



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 018/00

DATA: 22 de Novembro de 1.999

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 227, de 14/07/72.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO,
Estado do Paraná, APROVOU, eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a
seguinte Lei,

Art. 1º - Dá nova redação ao artigo 8º da Lei nº 227, de 14/07/72, nos seguintes termos:

“Art. 8º - Fica assegurado à concessionária o direito de sustar parcialmente o fornecimento de água aos usuários em débito há mais de 30 dias após o vencimento.

§ 1º - A concessionária, ao efetuar a suspensão do fornecimento de água, somente poderá realizar tal procedimento na tubulação existente no passeio, às suas expensas, mediante autorização do Poder Executivo;

§ 2º - Fica vedado à concessionária suspender o serviço dentro da propriedade beneficiada, salvo expressa autorização do proprietário;

§ 3º - No caso de suspensão do fornecimento de água, fica obrigada a concessionária a permitir o uso de no mínimo 10% (dez por cento), da corrente de água;

§ 4º - Uma vez ocorrendo a suspensão parcial, a concessionária deverá instalar, sob suas expensas, um registro no ramal, com a cobertura em concreto padronizado.”

Art. 2º - Ficam revogados os artigos 12 e 13 da Lei Municipal nº 227, de 14/07/72.

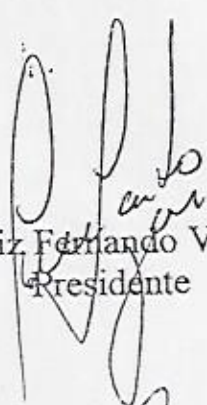


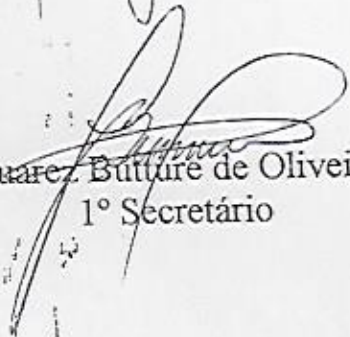
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Campo Largo,
em 11 de Janeiro de 2.000.


Luiz Fernando Vargas
Presidente


Juarez Buttare de Oliveira
1º Secretário

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CAMPO LARGO - ESTADO DO PARANÁ

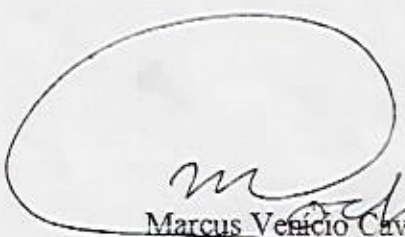
Autos n.º 82/2001

CRRT 6813
CÍVEL, CAMPO LARGO PR 13/12/2001 13:35

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ -
SANEPAR e o MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, já devidamente qualificados nos autos em
epígrafe AÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE
INCIDENTAL CUMULADA COM PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO
CONTRATUAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPATÓRIA, neste ato por seus
advogados e procuradores judiciais, infra-assinados, comparecem, respeitosamente, perante
Vossa Excelência para requerer a desistência do presente processo, com a consequente extinção
deste, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo
Civil Brasileiro.

Termos em que
Pedem Deferimento.

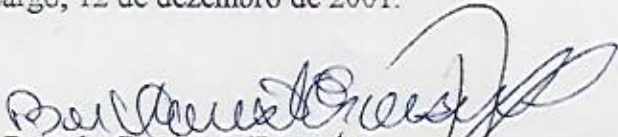
Campo Largo, 12 de dezembro de 2001.



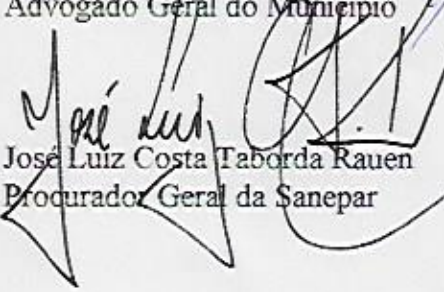
Marcus Venício Cavassin
OAB/PR n.º 23.162



Tadeu Donizeti Barbosa Rzniski
OAB/PR n.º 13.058



Bortolo Constante Escorsim
Advogado Geral do Município



José Luiz Costa Taborda Rauén
Procurador Geral da Sanepar